

---

# O RESGATE DO CONCEITO DE TERRITÓRIO: AS CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA BRASILEIRA E SEU MOVIMENTO DE RENOVAÇÃO

## RESCUE OF TERRITORY CONCEPT: THE CONTRIBUTIONS OF BRAZILIAN GEOGRAPHY AND ITS RENEWAL MOVEMENT

Lucas Labigalini Fuini<sup>1</sup>

---

**RESUMO:** O presente artigo procura delinear o processo de resgate do conceito de Território, a partir dos anos de 1970, considerando a história do pensamento geográfico no Brasil e a transição para um pensamento crítico. Por meio de pesquisa exploratória e revisão bibliográfica, propõe-se um esclarecimento sobre os diferentes sentidos e compreensões que o conceito adquire nesse primeiro momento de retomada, identificando os autores centrais de seu pensamento, linhas de análise e proposições centrais.

**Palavras-chave:** Território. Geografia brasileira. Pensamento crítico. Resgate.

**ABSTRACT:** This article seeks to outline the process of rescuing the concept of Territory from the 1970s, considering the history of geographic thought in Brazil and the transition to critical thinking. Through exploratory research and bibliographic review, it is proposed to clarify the different meanings and understandings that the concept acquires in this first moment of recovery, identifying the central authors of its thought, lines of analysis and central propositions.

**Keywords:** Territory. Brazilian geography. Critical thinking. Rescue.

### 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo procura delinear o processo de resgate do conceito de Território, no último quarto do século XX, considerando a história do pensamento geográfico no Brasil e a transição paradigmática da modernidade para o período contemporâneo. Este texto, apoiado em pesquisa exploratória e documental, propõe uma análise exploratória e especulativa de algumas obras e autores que marcaram o processo de resgate e re-emergência do conceito de Território na Geografia

---

<sup>1</sup> Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Instituto Federal de São Paulo (IFSP), Campus de São João da Boa Vista. Doutor em Geografia pela UNESP/Campus de Rio Claro e Pós-Doutor pela UNESP/Campus de Presidente Prudente. E-mail: lucasfuini@ifsp.edu.br.

Artigo recebido em julho de 2019 e aceito para publicação em agosto de 2019..

brasileira. Situaremos nossa análise na virada dos anos de 1970 em direção aos de 1980, detendo-nos nas contribuições de autores como, Milton Santos, Bertha Becker, Antônio Carlos Robert Moraes e Manuel Correia de Andrade, em momento de emergência de uma geografia renovada à luz do debate oriundo de outros centros do pensamento desde os anos de 1970.

Essa influência se manifesta mais claramente no Brasil a partir de inícios dos anos de 1980, com obras autorais que retomam a centralidade do território na teoria da Geografia, ainda que inicialmente bastante subsumido à categoria espaço. Usamos o termo resgate, pois, traz como sinônimos, tanto os termos recuperação quanto libertação. Preferimos o primeiro, cujo significado é o de “recobrar e ganhar novas forças, reestabelecer-se”, ou seja, uma re-definição. Falar de (re)emergência ou retorno implica aceitar que o conceito perdeu validade ou peso explicativo por um tempo, por isso optamos por resgate, como o fez Moraes (2002, 2011).

Adotamos a perspectiva analítica e dialética de Haesbaert (2004) que usa a expressão “morte e vida” dos conceitos, no caso a região, para explicar como uma corrente ou perspectiva teórico-filosófica dá sentidos explicativos distintos ao conceito historicamente, implicando, por vezes, em seu relativo desaparecimento e, posterior, ressurgimento. Assim, pode ocorrer um oscilar ou caminhar não-linear do conceito como chave-interpretativa, com a coexistência entre conceitos de significados diferentes e a sucessão daqueles próximos em unidade de significado, com sua possível morte e vida, ou declínio e ressurgimento (FOUCAULT, 2000, HAESBAERT, 2004, 2014).

Tratando-o como um recorte ou esfera do espaço definido por (e a partir de) relações de poder que se expressam como um misto de dominação política e apropriação econômica e identificação cultural em múltiplas escalas. O território pode ser reconhecido, até os anos de 1980, na Geografia, à luz de algumas matrizes teóricas que deram a ele certo sentido e aplicação. Para Silva (2010), em tese fundamental sobre o pensamento geográfico brasileiro acerca do conceito, a luz da referência de Castoriadis (1982), o território se define pela significação imaginária social, sendo fruto da condição inseparável do imaginário com o da instituição. Território, no sentido de instituição onde se “encarna” e pode ser elucidado.

## **2 O RESGATE DO CONCEITO**

O resgate do conceito de território, segundo Moraes (2000), se dá no âmbito da repolitização do território da Geografia e no movimento de renovação crítica do pensamento geográfico, a partir dos anos de 1960. Essa transição alguns autores denominam por outros termos, como retorno (SANTOS, 1994), reinvenção (PORTO-GONÇALVES, 2006), explosão (FUINI, 2015, 2017) ou renovação (BECKER, 1988).

Somente nos anos de 1970, com a introdução de correntes críticas de inspiração marxista/pós-marxista e historicista, em tom político, cultural ou economicista (geralmente vinculadas ao materialismo histórico), é que se retomou a centralidade do território no debate, com base na influência teórica de alguns autores geógrafos, já com um sentido de construção social. Segundo Saquet (2002, p. 120), na Geografia brasileira, no momento atual, parece haver uma proeminência nos estudos do território. Entre as diferentes vertentes econômica, política, cultura e da geografia histórica. Além da herança clássica ratzeliana, autores como Jean Gottmann, Claude Raffestin e Edward Soja passaram também a ser lidos e discutidos na produção nacional, principiando um olhar mais relacional, multidimensional e crítico social sobre as relações de poder no/do espaço, reposicionando e ampliando o debate territorial.

Silva (2010) afirma que na travessia do século XX para o XXI criou-se uma institucionalidade científica do território no pensamento geográfico, em uma trama constituída pelo conceito atrelado aos vieses histórico, econômico, político e cultural. Isso se aplica a um contexto histórico de surgimento de novas teorias explicativas na Geografia (quantificação, crítica

radical e a fenomenológica/humanística) que promoveram uma ruptura epistemológica com a abordagem tradicional, sobretudo a de inspiração francesa e a racionalista (ou neopositivista), cunhando um quadro renovado de categorias e conceitos operacionais, resgatando alguns (como o território) e ampliando o campo explicativo de outros (como espaço e lugar).

Vivíamos o apogeu da Geografia crítica e marxista no Brasil. Moraes (2002) afirma que a geografia crítica propunha um acerto de contas com o passado, em busca de novos paradigmas metodológicos que norteassem um projeto de geografia progressista e engajada que aproximasse as dimensões política e teórica. Santos (1978) define esse movimento como emergência de uma geografia nova, uma geografia que se propõe crítica e que denuncia as correntes anteriores vinculadas à geografia clássica e à “*New geography*” e que criaram uma ciência geográfica apartada (ou viúva) do espaço, apegada à reprodução dos saberes dominantes, vinculada aos projetos imperialistas, associada ao empiricismo abstrato e à fragmentação do saber. Seria uma ruptura ou contraposição às correntes tradicionais, positivistas e neopositivistas (da modelagem e da quantificação) na geografia. Era necessário, segundo Santos (1978), “fornecer as bases da reconstrução de um espaço geográfico que seja realmente o espaço do homem, o espaço de toda gente e não o espaço a serviço do capital e de alguns” (p. 267).

Em geral, a geografia crítica brasileira, a despeito de sua pluralidade teórica e metodológica (MORAES, 1987), se identificou com os seguintes elementos: influência de certa base teórica de inspiração marxista, vinculada diretamente à escritos do próprio Marx ou de seguidores, perspectiva renovada no período mais recente por escritos pós-estruturalistas; valorização da crítica social e compreensão de que o espaço é construído por/a partir de lutas sociais; dimensão da práxis na atividade do intelectual, não só buscando a compreensão do problema, mas apresentando soluções para sua resolução; repolitização do quadro conceitual geográfico, valorizando-se as dimensões socioculturais do território/poder; análise centrada na categoria espaço geográfico e seu processo de valorização e configuração capitalista, a partir da qual os demais conceitos geográficos vão se definindo.

Há textos de reflexão que respondem por uma reintrodução do conceito de território no debate nacional, com sentido ampliado em relação ao *strictu sensu* geopolítico. Nesse sentido, alguns deles são até hoje muito citados por auxiliarem na tarefa de resgate teórico-conceitual. É o caso do artigo de Léa Goldestein e Manoel Seabra, de 1982, denominado “*Divisão territorial do trabalho e nova regionalização*”. Nesse estudo, os autores procuram demonstrar uma vinculação forte entre o uso e produção do território e a divisão inter-regional do trabalho e da produção capitalista historicamente no Brasil. Apoiado em autores como Alain Lipietz (1977) e Francisco de Oliveira (1975), Goldestein; Seabra (1980) trazem uma concepção de território vinculado à escala nacional e à crescente integração das atividades econômicas através de suas especializações regionais. O território é tratado, então, como uma armadura fisiográfica e de infraestrutura, um tipo de organização espacial, no qual se estabelecem as economias regionais. A análise do território nacional passa, então, pela herança do modelo de arquipélagos econômicos, desde o período colonial, em direção à constituição de um mercado nacional excessivamente polarizado na região Sudeste. Parte-se do pressuposto, portanto, que a dimensão territorial do país é indissociável do processo de valorização do capital historicamente.

Posto isso, fica mais claro o direcionamento mais crítico dessa abordagem e mais vinculado ao elemento econômico, ou à análise do processo de valorização espacial do capital. A influência da literatura marxista, ou materialista histórica e dialética, também denota esse período de resgate do conceito, como discurso de defesa de retomada de uma análise mais política apoiada nas condições materiais de produções, nos processos econômicos e sociais de organização dos espaços de produção da vida. Nesse sentido, a obra “*Por uma geografia nova*”, de 1978, insere os conceitos de espaço e território como partes centrais da proposta de uma geografia nova, vinculados ao tratamento do Estado-nação como unidade geográfica de estudo.

Alguns livros-texto e seus autores podem ser identificados como “expoentes” ou “desbravadores” desse viés renovador da abordagem territorial na Geografia brasileira, dentre os quais destacamos Milton Santos, Bertha Becker, Antônio Carlos Robert Moraes. Para estes autores, a saber, a questão que se coloca é se o território é produzido e surge a partir do espaço, se é anterior ao espaço, ou se caminham em paralelo, como conceitos que se aproximam, mas que tem trajetórias próprias.

**Quadro 1.** Panorama do território no movimento de renovação na Geografia brasileira

<b>Autores</b>	<b>Concepção territorial</b>	<b>Conceitos vinculados</b>	<b>Resultados<sup>2</sup> (Google scholar)</b>	<b>Resultados (Portal Periódicos Capes)</b>
<b>Antônio Carlos Robert Moraes</b>	Formação territorial	Valorização do espaço Formação histórica Enclaves territoriais	22.500	95
<b>Bertha Koiffmann Becker</b>	Território político	Territorialidades Planejamento territorial	3.600	56
<b>Manuel Correia de Andrade</b>	Território histórico	Produção/povoamento do território Territorialidades e des- territorialidades	20.300	45
<b>Milton Almeida Santos</b>	Território usado	Espaço geográfico Configuração territorial Norma, fluidez e competitividade territorial	38.300	608

Fonte: <https://scholar.google.com.br> e <https://www.periodicos.capes.gov.br>. Elaborado pelo autor.

Pelo quadro acima (Quadro 1) percebe-se a grande incidência de resultados nas pesquisas *online* associando o nome dos autores ao termo território, percebendo-se a questão da referência desses nomes e de suas obras no debate territorial contemporâneo no Brasil. Milton Santos, por exemplo, devido ao seu renome em âmbito nacional e internacional, é lido e citado por um grande número de pessoas. A disponibilização desse acervo em formato digital também contribui com a maior acessibilidade.

## 2.1 Milton Santos

Milton Almeida dos Santos (1926-2001), renomado geógrafo brasileiro de renome mundial (Prêmio Valtrin Lud em 1994), em obra de 1978, intitulada “*Por uma geografia nova*”, no apogeu da Geografia crítica, traz uma visão sobre o conceito em que a dimensão econômica e a política são ressaltadas. Na terceira parte da obra, que lida com sua proposta de Geografia crítica, iniciando na perspectiva da produção do espaço (que envolve estrutura, processo, forma e função), o autor vai atrelar o conceito de território à relação Estado e Espaço, o Estado-nação é que vai direcionar o conceito. O território, assim, é abordado como linha traçada em acordo ou pela força e cuja extensão é variável historicamente. Sua substância é dada pelas sociedades territoriais cuja ação se manifesta pelo modo de produção dominante e os modos de produção precedentes e, pelo sistema político.

Seu olhar de renovação se inicia nos anos de 1980. Na obra “*Espaço e método*”, de 1985, o território não apresenta centralidade na análise, sendo tratado apenas como tópico. Nesse trecho o território é visto como lócus ou ponto de apoio onde interagem as variáveis

definidoras das regiões produtivas (uma especificidade do espaço). Seria um contexto ou base identificada por suas frações funcionais diversas, ou seja, os fluxos e demandas criados pelas atividades, população e pelas heranças espaciais (fixos) que operam em vários níveis escalares. Nesse momento também se coloca a concepção de multi ou interescalaridade territorial, tão em voga na literatura atual, admitindo que o conceito pode ir além dos limites impostos pela escala Estado nacional (SAQUET, 2007, 2008).

Em “*Metamorfoses do espaço habitado*”, de 1988, ao propor o estudo das categorias analíticas vinculadas ao espaço, propõe-se a concepção de configuração territorial. Pode ser tanto sinônimo de base terrestre ou terreno ocupado pelo homem, como o quadro formado pelos objetos espaciais e sua organização que condicionam e caracterizam as ações e fluxos de pessoas. Até esse momento, a concepção de Milton Santos traz o território como antecedente ao espaço, como base de sua produção. A configuração territorial ou espacial seria uma espécie de armadura do território, conjunto de fixos e sua estrutura ou arranjo, sinônimo de organização espacial (1985).

Nesse sentido, território e espaço são conceitos e noções diferentes, no entanto, complementares. O território como organização ou configuração espacial, uma linha traçada, onde se estabelecem as dinâmicas socioespaciais. Nos anos de 1990 o autor delinea com mais detalhes seu quadro conceitual e propõe a concepção de território usado, definido por seus objetos e ações, associado à análise da fluidez que rege as relações econômicas. Seria sinônimo de espaço humano, espaço habitado<sup>3</sup>. A informação exerceria, no período contemporâneo, o papel fundamental de reunir as diferentes porções territoriais, em um território formado por “lugares contíguos e lugares em rede”, dando possibilidade do surgimento de novas “solidariedades” e intercâmbios.

O território usado é aquele utilizado por uma dada população, aquele cuja sociedade local rege as manifestações da vida social, inclusive o dinheiro. Trata-se de uma estrutura dotada de movimento próprio (SANTOS, 2000a). É o chão mais a identidade, como a ideia de tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tomada profunda (SANTOS, 2000a, 2002). O território usado seria sinônimo de espaço geográfico, haja vista que o território em si consistiria em uma espécie de etapa primeira, o nome político para o espaço de um país, o espaço territorial. O território usado, como uma totalidade, seria um campo privilegiado de análise, pois, revela “a estrutura global da sociedade e a complexidade de seu uso” (SANTOS, 2000b, p. 108). Nesse sentido, o objetivo seria dotado de objetos técnicos e sistemas de engenharia para garantir a sua fluidez ao capital, dotando os lugares de competitividade (em uma guerra global que envolve normas e densidades técnicas) (SANTOS, 1996).

Em síntese, a abordagem territorial de Milton Santos parte de uma leitura detida à economia política estado-nacional e vai se complexificando rumo à concepção de território (usado) cuja pluriescalaridade e multidimensionalidade vão ficando mais nítidas (SANTOS, SILVEIRA, 2001). A dinâmica territorial passa a depender também das ações que ocorrem nele, mobilizadas por termos como fluidez, competitividade, normas, divisão do trabalho.

## 2.2 Bertha Becker

Bertha Koiffmann Becker (1930-2013) deve ser citada também nesse contexto de retomada ou resgate, pois apresenta em sua análise do território um viés renovador claro, com traços políticos delineados (BECKER, 1982, 1988). Em artigo intitulado “*El uso político do território: consideraciones a partir de una vision del Tercer mundo*”, logo de início, o texto (de cunho introdutório e teórico) apresenta o território como vinculado a ideia de poder multidimensional, caracterizado também pelas lutas sociais, sendo um “espaço produzido pela prática social e também como produto consumido, vivido e utilizado como meio que sustenta essa prática” (BECKER, 1982, p. 19).

Buscando romper com a concepção unidimensional do conceito vinculada à Geografia do estado-nação, a autora denomina por novos territórios e territorialidades as configurações que surgem da ação das corporações empresariais no país e sua articulação com o Estado no plano econômico e político. Esse texto inova também ao assumir que o conceito de território apresenta um conteúdo histórico e, dessa forma, precisa ser esclarecido no jogo de poder e dominação que se dá no plano internacional do capitalismo e que posiciona, como polos antagônicos e complementares, países dominantes (primeiro mundo) e dominados (terceiro mundo). Assim, surge uma territorialidade dos grupos sociais dominados, vista possivelmente em uma escala menor (local e subnacional), que se expressa pelas lutas de acesso à terra, trabalho e moradia (movimentos sociais de base territorial) e pela resistência das populações à manipulação dos territórios no plano das relações hegemônicas Estado-empresa.

Em artigo original de 1988, seguindo essa tendência de renovação, Becker trata do resgate da Geopolítica através da contestação do paradigma moderno da divisão disciplinar Geografia-Geopolítica e pela retomada da potencialidade social e política do espaço, valorizando desde o olhar político e a riqueza teórica dos escritos de F. Ratzel, até a contribuição de Claude Raffestin que propõe as lógicas multidimensional e relacional da interação espaço-poder. Na era da cronopolítica (evolução da Geopolítica), em que o poder se desloca para o controle da relação espaço-tempo através da velocidade acelerada das mudanças tecnológicas e revoluções logísticas, território seria o espaço da prática e da apropriação que se dá pelo uso e vivência dos atores.

Território tratado como espaço que se tenta controlar e influenciar, que se manifesta em todas as escalas de relações e que está fundamentado na identidade cultural (de base territorial), envolvendo também um aspecto concreto (da vivência dos atores) e abstrato (dos discursos, ideologias e intencionalidades dos atores sociais) (BECKER, 2010 [1988]). Para a autora, portanto, o território surge do processo de apropriação do espaço, sendo consequente a ele ou apresentando uma natureza própria que o difere.

Becker (1995) prossegue com estudos nos anos de 1990 na perspectiva da multidimensionalidade do território, considerando, sobretudo, o contexto brasileiro e amazônico. Em sua análise do processo de gestão territorial que se refere à instrumentalização do território conforme estratégias de dominação via planejamento público e iniciativas privadas, a autora vai tratar dos vetores ecológico (variável ambiental) e do tecno-industrial (dos circuitos espaço-temporais do consumo básico, dos negócios e do poder). A autora segue também em uma linha de compreensão das estratégias e formas de governo e poder no/do território, com a retomada da área de estudos da Geopolítica com um novo sentido dado ao território através da logística. As mudanças da revolução científico-tecnológica passam a ser incorporadas à inteligência militar-estatal em busca de maior velocidade e capacidade de controle territorial.

Desse modo, o território em Bertha Becker vai assumindo um sentido geopolítico renovado, apoiado em territorialidades múltiplas atinentes ao Estado, às grandes corporações e aos movimentos sociais, em lutas e conflitos em torno de projetos territoriais contrastantes.

### **2.3 Manuel Correia de Andrade**

Manuel Correia de Andrade (1922-2007), autor de extensa e diversificada obra na Geografia e Ciências sociais, na obra *“A questão do território no Brasil”* (1995), o território ao mesmo tempo em que é definido por um tipo de consciência dada pelas pessoas que nele habitam e se relacionam, a territorialidade, é também um conceito associado à forma de administração das fronteiras e da própria ocupação. Está ligado à ideia de poder, que pode ser a público-estatal ou empresarial ou mesmo como espaço dominado e ocupado nas relações entre classes. Abre-se assim a compreensão multidimensional do território, mas, no caso brasileiro, o território é historicamente marcado pela consciência de nação associada à territorialidade estatal.

Desse modo, a transformação de espaço em território brasileiro, processo chamado de produção do território, ocorre pelo povoamento (territorialização) que delinea uma divisão do território em estados brasileiros caracterizando a desigualdade do desenvolvimento. O território brasileiro seria marcado por forças centrífugas, que favorecem sua fragmentação e desmembramento, e as forças centrífugas, que favorecem sua integração no governo central. Reconhece-se que o autor apresenta um olhar mais atento à questão territorial e do poder a partir dos anos de 1980, conforme atesta Saquet (2010) sobre a obra de Andrade (1984) denominada de “*Poder político e produção do espaço*”.

Ampliando o repertório territorial para além dos limites da geografia política clássica, Andrade (1994a) afirma que a expansão do território, ao mesmo tempo em que afirma um tipo de territorialidade (a hegemônica do Estado ou do capital empresarial), provoca a desterritorialidade dos grupos prejudicados por esse processo, a exemplo dos indígenas no território brasileiro em relação ao Estado colonial português.

Desse modo, a perspectiva de território, em Andrade (1994b), é manifesta pelo viés da produção histórica do território nacional por meio dos ciclos econômicos, direcionados pelo Estado (colonial ou nacional), e constituição de subespaços regionais especializados, com a da cultura canavieira, vinculado também às formas de apropriação dos atores sociais predominantes em cada fase da produção colonial e capitalista. Os espaços vão surgindo concomitantemente à produção territorial, os espaços são assim definidos pela dinâmica das interações entre atores definida pelas relações de produção que também produzem uma forma específica, uma estrutura técnica e política, o território.

## 2.4 Antonio Carlos Robert Moraes

Antonio Carlos R. Moraes (1954-2015), outro importante nome vinculado ao movimento de renovação da geografia, por sua vez, busca construir sua concepção de território como parte do processo de valorização do espaço (MORAES; COSTA, 1984, MORAES, 1988). Na obra “*Geografia crítica: a valorização do espaço*”, de 1984, em co-autoria de Wanderley Messias da Costa, define-se a valorização do espaço pela ação de transformação da natureza em espaço através da aplicação do trabalho, pela articulação do substrato natural com as heranças espaciais (trabalho morto) desigualmente acumuladas em cada lugar.

Trata-se, pois, de um processo tipicamente capitalista de valorização do capital, mesclando as determinações genéricas e lógicas estruturais de seus ciclos históricos com as conjunturas e contextos específicos de fixação de valor com a materialização de suas formas de sociabilidade nas paisagens, lugares e estruturas territoriais (MORAES; COSTA, 1984). Posto isso, a valorização do espaço pode ser entendida como processo de formação do território, “um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga” (MORAES, 2000, p. 18), captando o movimento geral através de um objeto empírico.

Em obra de 1988, “*Ideologias geográficas*”, Moraes retoma o aspecto político e cultural do conceito, criticando os “deslizes economicistas do movimento de renovação da geografia” (p. 11). Afirma no texto que as ideologias geográficas, ou seja, as ideias, imagens e discursos alusivos à dimensão espacial, foram usados como estratégias de dominação na política brasileira, desde o colonizador até se chegar ao Estado independente (monárquico ou republicano) e suas classes hegemônicas.

Essas ideologias envolvem o aspecto cultural ou imaterial do território, os saberes que inculcam uma ideia de identidade nacional vinculada ao território e sua composição, como as concepções de “território a conquistar”, “país em construção”, “integridade territorial” etc. Nesse sentido, o autor define o território como *constructo* posterior ao espaço, seria um espaço onde se deu historicamente um processo de valorização e contornos políticos e culturais nítidos, geralmente vinculado às territorialidades oriundas de projetos estatais-nacionais.

Na análise mais recente de Moraes, em obras como “*Bases da formação territorial do Brasil*” (2000) e “*Território e história do Brasil*” (2002), dá-se também primazia à

aproximação do território com o Estado, manifestando o conteúdo político e ideológico do território, pois, no mundo moderno, Estado é de imediato definido como um Estado dotado de território, criando-se a jurisdição definida como Estado territorial.. Em Moraes (2002), o território, ou a formação territorial, é fruto do processo de valorização do espaço e apropriação da natureza, fazendo uma análise ontológica e histórica do conceito.

Posto isso, o autor expressa uma visão territorial mais vinculada ao primeiro movimento da geografia crítica, ressaltando os aspectos históricos, políticos e econômicos do território, em geral, analisados na dimensão nacional. O aspecto cultural aqui ressaltado advém da questão ideológica e simbólica vinculado ao Estado territorial e os discursos de justificação da dominação socioespacial.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O período de resgate do conceito está impregnado pelo pensamento da Geografia crítica, cujo referencial inicial foi a obra de Yves Lacoste (1988 [1976]), trazendo a ideia de que a geografia, ciência símbolo da modernidade imperialista, não serve apenas para conduzir operações militares, mas também para organizar territórios que, nada mais são, do que o espaço onde o Estado exerce sua autoridade e controla os homens. A Geografia, como área de conhecimento, deveria então ser “recolocada” de seu estatuto apenas descritivo (da *physis* ou ecúmeno terrestre), atuando também como prática e poder vinculados às funções do Estado e a organização dos homens para povoar territórios e perfazer batalhas por fronteiras. No entanto, a concepção dos espaços vinculados e construídos pela sociedade, por homens e mulheres, ficou restrita ao conceito de espaço, ou espaço geográfico, e não derribou para o território e suas territorialidades. Esse avanço só vai ficar mais claro a partir dos anos de 1990.

Nesse sentido, investigamos aqui os autores e escritos responsáveis pelo chamado resgate do território na Geografia humana brasileira, analisando a polissemia do conceito visualizada no comparativo entre autores e na própria evolução das obras autorais. Como símbolo desse resgate, destacamos cinco autores: Milton Santos, Bertha Becker, Antônio Carlos Robert Moraes e Manuel Correia de Andrade. A obra e os interesses dizem muito sobre a vivência pessoal e profissional de cada autor.

Santos e Becker se posicionam em uma perspectiva (geo)econômica e política do conceito. Milton Santos, um dos nomes mais citados no movimento de renovação geográfico, parte em sua obra, inicialmente, de uma concepção mais tradicional de território, reconhecida pela fronteira jurídico-política, para ir assumindo em sua obra uma concepção pluriescalar do conceito, vinculado às territorialidades e desterritorializações. Bertha Becker propõe uma visão multidimensional, mas fortemente política, da análise sobre o uso político do território pela lógica dos agentes e movimentos sociais, desde baixo, considerando os vetores tecnológicas e logísticas que rearticulam a dimensão espaço-tempo e reforçam a perspectiva relacional das identidades nos territórios. Ambos se situam no debate entre os conceitos de espaço e território.

Moraes e Andrade, por sua vez, se posicionam em uma perspectiva mais geopolítica e histórico-nacional (possivelmente cultural) do conceito. Ambos consideram a dimensão histórica de valorização do espaço como formadora dos territórios e formações territoriais nacionais construídas pela apropriação do espaço. Moraes dialoga entre os conceitos de espaço e valorização do espaço e formação territorial, articulando o político e histórico-cultural. Andrade transita da região para o território, considerando o processo histórico de produção do território vinculado aos ciclos econômicos que vão consolidando espaços especializados induzidos e consolidados pela ação do Estado e organização de políticas territoriais. Trata-se de perspectivas multidimensionais, apoiadas na perspectiva histórica e geopolítica crítica.

Desse modo, ficam assim indicadas as principais linhas de investigação sobre o resgate do conceito, apontando caminhos para as tendências de pesquisa que viriam pela frente, definindo o prenúncio de uma escola territorialista no Brasil, ainda que sejam autores que estabeleçam um diálogo interconceitual, mobilizando em suas análises factuais, sobretudo, os conceitos



de território-espaco-região-paisagem, em maior ou menor grau e intensidade conforme seus interesses específicos. São pensadores de uma geografia renovada emergente desde fins dos anos de 1970 e que reaproximaram o conceito de território na agenda geográfica e política.

Na análise pautada na ideia de “morte e vida dos conceitos”, percebe-se que o território vai ser re-qualificado desde os anos de 1980 a partir de sua pluralidade e atrelado à outras escalas de análise, que não somente a nacional, passando a dividir o enfoque identitário e cultural com o conceito de lugar; o aspecto micro e mesopolítico e de ordenamento/planejamento espacial com o conceito de região; e o enfoque geoeconômico com o espaço. Nesse sentido, faz-se necessário reforçar o estatuto político do território e, nesse esforço de atualização, não deixar de buscar suas raízes explicativas, sua *episteme* posicionada entre a Geografia tradicional e a Geografia crítica. Considerando o fato de que os quatro pesquisadores e geógrafos analisados terem falecido com relativa recenticidade, e devido à envergadura de suas obras, esse artigo se coloca também como uma justa e singela homenagem.

## NOTAS

2 Esses resultados foram obtidos inserindo o nome do autor acrescido do termo “território”.  
3 “O uso do território pode ser definido pela implantação de infraestruturas, para as quais estamos utilizando a denominação sistemas de engenharia, mas também pelo dinamismo da economia e da sociedade. São os movimentos da população, a distribuição da agricultura, da indústria e dos serviços, o arcabouço normativo, incluído a legislação civil, fiscal e financeira, que juntamente como o alcance e a extensão da cidadania, configuram as funções do novo espaço geográfico” (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 21).

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, M. C. A questão do território no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANDRADE, M. C. Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social. São Paulo: Edunesp, 1994.
- ANDRADE, M. C. Poder político e produção do espaço. Recife: Massangana, 1984.
- ANDRADE, M. C. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação. 5. ed. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994. p. 213-220.
- BECKER, B. K. A geografia e o resgate da geopolítica. Revista Brasileira de Geografia, v. 50, n. 2, p. 99-125, número especial, 1988.
- BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E., et al., Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 271-308.
- BECKER, B. K. El uso político del territorio: consideraciones a partir de una visión del tercer mundo. Revista Geográfica de América Central, v. 17/18, p. 13-26, 1982.
- BECKER, B. K. Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan./abr., 2010.
- CASTORIADIS, C. A instituição imaginária da sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1982.
- FOUCAULT, M. Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1985].
- FUINI, L. L. O território e suas variantes: uma incursão pela Geografia na pós-modernidade. Memórias do XV Encontro de Geógrafos da América Latina (EGAL). Havana-Cuba: Universidad de la Habana, v. 1, p. 1-20, 2015.
- FUINI, L. L. Construções teóricas sobre o território e sua transição: a contribuição da Geografia brasileira. Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía, v. 26, n. 1, p.: 221-242, 2017.

- GOLDESTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo: USP, v. 1, n. 21-47, 1982.
- HAESBAERT, R. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand, 2014.
- HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- LACOSTE, Y. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- MORAES, A. C. R. *Geografia histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Anna Blume, 2011.
- MORAES, A. C. R. *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec: Anna Blume, 2002.
- MORAES, A. C. R. *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- MORAES, A. C. R.; COSTA, W. M. *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. *In: CECEÑA, A. E. Los desafios de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: Clacso, 2006, p. 151-197.
- SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, M. O retorno do território. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec: Anpur, 1994, p. 15-20.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, M. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 1978.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000a.
- SANTOS, M. O papel ativo da Geografia: um manifesto. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 103-109, jul./dez. 2000b.
- SANTOS, M. O dinheiro e o território. *In: OLIVEIRA, Márcio P.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. Niterói: PPGE: UFF, 2002.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SAQUET, M. A. Os tempos e os territórios da colonização italiana. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2002.
- SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, M. A. A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. *In: HEIDRICH, A.; COSTA, B.; PIRES, C.; UEDA, V. (org.). A emergência da multiterritorialidade*. Porto Alegre: Ed. UFRGS: Ed. ULBRA, 2008. p. 47-60.
- SAQUET, M. A. Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: geografia, região, espaço e território, **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 21, p. 1-19, 2010.
- SILVA, A. C. da. O pensamento geográfico brasileiro na travessia do século XX para o XXI: o território na trama das significações imaginárias (Volumes I e II). Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista-Unesp, Presidente Prudente, 2010. 578 f.